

23 12 15 9603



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Secretaria do Trabalho
e Desenvolvimento Social

Convênio nº 126/2015 – SEDS/CEDCA/FIA

SIT nº _____

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO PARANÁ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEDS, COM RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL PARA A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA – FIA/PR, E A ENTIDADE OBRAS SOCIAIS E EDUCACIONAIS DA IGREJA DE DEUS NO BRASIL - A MÃO COOPERADORA, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DO PROGRAMA CRESCER EM FAMÍLIA – MODALIDADE “ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL” APROVADO PELA DELIBERAÇÃO Nº 009/201 – CEDCA/PR.

CONVÊNIO Nº 126/2015

PROTOCOLADO SOB Nº 11.156.461-2

O Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.416.940/0001-28, por intermédio da **Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDS**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.088.839/0001-06, com recursos do **Fundo Estadual para a Infância e a Adolescência – FIA/PR**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 10.632.896/0001-85, com sede à Rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº, Palácio das Araucárias, Centro Cívico, Curitiba, Paraná, neste ato representada pela Secretária de Estado, senhora **FERNANDA BERNARDI VIEIRA RICHIA**, portadora da CI nº 954.242-6 SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob nº 604.858.099-15, residente e domiciliada em Curitiba/PR, doravante denominada **CONCEDENTE**, e a Entidade **Obras Sociais e Educacionais da Igreja de Deus no Brasil – A Mão Cooperadora**, com sede à Rua São Paulo, 836, Centro, Campo Mourão, Paraná, CEP 87.300-390, inscrita no CNPJ/MF sob nº 77.372.183/0011-72, doravante denominada **CONVENENTE**, tendo como Presidente, o senhor **ALFREDO TIRLING**, portador da CI nº 451.622-2 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 165.369.329-00, com endereço residencial à Rua 24 de Maio, nº 2254, Bairro Parolin, Curitiba, Paraná, representada neste ato pelo seu Procurador, senhor **RUBENS CARLOS DOS SANTOS**, portador da CI nº 5.703.139-5 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 800.757.039-04, com endereço residencial à Rua São Paulo, nº 836, Campo Mourão, Paraná, resolvem celebrar o presente Convênio, devidamente autorizado pelo Senhor Governador do Estado, no Processo nº 11.496.429-8, em 18/06/2012, de acordo com as normas contidas na Constituição Federal, na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, na Lei Estadual nº 15.608/2007, correspondente, no Decreto Estadual nº 6.191/2012, na Deliberação nº 009/2011 – CEDCA/PR, na Resolução nº 028/2011, alterada pela Resolução nº 46/2014 e na Instrução Normativa nº 061/2011, ambas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e o constante no Processo em epígrafe, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste Convênio a transferência de recursos da **CONCEDENTE** a **CONVENENTE** para o financiamento na implementação de ações para o “Programa Crescer em Família”, modalidade “Acolhimento Institucional”, que tem por finalidade a preservação do direito fundamental de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária e ao atendimento de qualidade, conforme Plano de Trabalho e Plano de Aplicação, elaborados pela **CONVENENTE** e aprovados pela **CONCEDENTE**, que passam a fazer parte integrante do presente Instrumento, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

I – DA CONCEDENTE

- a) transferir os recursos financeiros para execução deste convênio, de acordo com o Plano de Aplicação aprovado, observada a disponibilidade financeira e as normas legais pertinentes;
- b) a execução do presente convênio será acompanhada por representante da **CONCEDENTE** Registrado no **SIT-TCE**, que anotará em registro próprio toda a ocorrência relacionada à execução do objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas; e
- c) providenciar a publicação deste instrumento no prazo e na forma da Lei, às suas expensas.

II – DA CONVENIENTE

- a) na execução do Programa, observar, cumprir e fazer cumprir as determinações contidas na Lei nº 8.069 de 13 de junho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), especialmente no que tange ao objeto deste Convênio;
- b) iniciar a execução do objeto do Convênio expresso no Plano de Trabalho em 30 (trinta) dias, após o recebimento dos recursos;
- c) não utilizar os recursos recebidos da **CONCEDENTE**, inclusive os rendimentos de aplicação no mercado financeiro, bem como os correspondentes a sua contrapartida, em finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
- d) promover as aquisições constantes do Plano de Aplicação aprovado, observando os princípios inerentes à utilização de valores e bens públicos, entre os quais o da moralidade, da impessoalidade, da economicidade, da isonomia, da eficiência e da eficácia, de acordo com o art. 18, §1º e § 2º da Resolução nº 028/2011, alterada pela Resolução nº 46/2014-TC;
- e) o atendimento ao princípio da economicidade deverá ser comprovado mediante prévia pesquisa de preços junto a, no mínimo, 03 (três) fornecedores do ramo do bem ou do serviço a ser adquirido, sob pena de responsabilidade pelos atos de gestão antieconômica;
- f) os orçamentos deverão estar datados e discriminados de maneira que permitam comprovar que foi assegurada a isonomia aos interessados para fornecer o bem ou o serviço cotado;
- g) a comprovação das despesas efetuadas se dará por notas fiscais e demais documentos comprobatórios, revestidos das formalidades legais, os quais deverão conter, além da descrição do bem ou do serviço adquirido, expressa menção ao número do convênio, seguido do ano e da sigla **SEDS/CEDCA/FIA**;
- h) o documento emitido deve ser legível, sem rasuras, e constar certificação do responsável pelo recebimento das mercadorias ou serviços prestados;
- i) apresentar relatórios em instrumentos indicados pela **SEDS** de execução físico-financeira deste Convênio, compatível com a liberação dos recursos transferidos, assim como relatórios técnicos quantitativos e qualificativos sobre a execução do objeto sempre que solicitado e na forma exigida;
- j) criar Unidade Gestora de Transferências – **UGT**, da entidade tomadora de recursos, para atendimento ao previsto no Art. 23 e seus incisos, §1º e § 2º da Resolução nº 028/11, alterada pela Resolução nº 46/2014-TCE/PR;
- k) responsabilizar-se por todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente instrumento, bem como por todos os litígios de natureza trabalhista e previdenciária decorrentes dos recursos humanos utilizados no projeto pela **CONVENIENTE**;
- l) observar a normatização referente ao Programa emanada pela **CONCEDENTE**, bem como participar das capacitações e eventos promovidos pela **SEDS** e **CEDCA/PR** que se referirem ao Programa;
- m) identificar os equipamentos/materiais permanentes, constantes no Plano de Aplicação, com plaqueta contendo o seguinte texto: **SEDS/CEDCA/FIA – DELIBERAÇÃO Nº 009/2011**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA

O prazo para execução e para vigência do Convênio será de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da Publicação, podendo ser excepcionalmente prorrogado, desde que solicitado com 60 (sessenta) dias de antecedência.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Os recursos para a execução do objeto deste Convênio, no montante de **R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais)**, incluindo a contrapartida da **CONVENENTE**, serão alocados conforme Plano de Aplicação aprovado, obedecendo à seguinte distribuição:

a) Recursos da **CONCEDENTE**:

b)

R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), Dotação Orçamentária **5760.08243174.421**, Rubricas **3350.4102** e **4450.4202**, Fonte **131** (Fundo Estadual para a Infância e Adolescência – FIA/PR), empenhos nº **5760.0000.500308-1** e **5760.0000.500309-1** ambos de 16/11/2015.

c) Recursos da **CONVENENTE**:

d)

R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), a título de contrapartida.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: a **CONVENENTE** deverá depositar e movimentar os recursos financeiros liberados pela **CONCEDENTE**, inclusive a sua contrapartida, exclusivamente em conta específica vinculada ao Convênio e em instituições bancárias oficiais (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal), devendo ser aplicados financeiramente;

PARÁGRAFO SEGUNDO: a **CONVENENTE** promoverá o crédito do recurso financeiro referente à contrapartida, de acordo com o Plano de Aplicação aprovado, no início da vigência do presente Convênio;

PARÁGRAFO TERCEIRO: a movimentação dos recursos pela **CONVENENTE**, somente poderá correr mediante emissão de cheque nominativo, cruzado e não endossável; ordem bancária, transferência eletrônica ou outra modalidade que identifique a destinação dos recursos e, nos casos de pagamento, o credor.

PARÁGRAFO QUARTO: o valor do Convênio não poderá ser aumentado, pela **CONCEDENTE**, salvo se ocorrer ampliação do objeto capaz de justificá-lo, dependendo de apresentação e aprovação prévia pela Administração de projeto adicional detalhado e de comprovação da fiel execução das etapas anteriores e com a devida prestação de contas, sendo sempre formalizado por aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA TRANSFERÊNCIA DOS RECURSOS

Os recursos financeiros mencionados na Cláusula Quarta, serão liberados em parcela única.

INVESTIMENTO: **R\$ 19.652,20 (dezenove mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e vinte centavos);**

CUSTEIO: **R\$ 60.347,80 (sessenta mil, trezentos e quarenta e sete reais e oitenta centavos);**

PARÁGRAFO PRIMEIRO: a liberação dos recursos financeiros da parcela citada ficará condicionada a apresentação das certidões exigidas na legislação em vigor, quais sejam: Certidão Liberatória do Tribunal de Contas do Estado; Certidão Negativa de Débitos de Tributos Estaduais; Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e abrange inclusive as Contribuições Sociais; Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS; Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Quaisquer documentos que venham a ser exigidos por legislação específica como condições para recebimento de recursos públicos passarão automaticamente a fazer parte do rol desta Cláusula.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

É obrigatória a restituição pela **CONVENENTE** de eventual saldo de recursos, inclusive os rendimentos de aplicação financeira à **CONCEDENTE** (Conta Recursos FIA) ao final da execução do objeto, expiração do prazo de vigência, denúncia, rescisão ou extinção deste **Convênio**, devidamente atualizados monetariamente no prazo de **30 (trinta) dias**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONVENENTE** deverá, ainda, restituir a **CONCEDENTE** o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido dos juros legais, na forma da legislação aplicável, nas seguintes hipóteses:

- a) Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida;
- b) Quando não for executado o objeto do ato da transferência voluntária do Convênio;
- c) Quando ocorrer qualquer fato do qual resulte prejuízo ao Erário.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONVENENTE** ficará obrigado a recolher à conta da **CONCEDENTE** (Conta Recursos **FIA**) o valor corrigido dos recursos alocados (**CONCEDENTE E CONVENENTE**) quando não comprovar a sua aplicação na consecução do objeto do Convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Para as atribuições de acompanhamento e fiscalização das ações constantes no Plano de Trabalho e/ou Projeto Básico do presente instrumento fica indicada a técnica **FRANCINE RIVA FERRARI MALUF** inscrita no CPF/MF sob nº 058.045.629-32.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para o efetivo acompanhamento, controle e avaliação da execução do Plano de Trabalho, a **CONVENENTE** obriga-se a respeitar as normas estabelecidas na Resolução nº 028/11, alterada pela Resolução nº 46/2014 e Instrução Normativa nº 061/11, ambas do TC.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Todos os atos relativos à prestação de contas deverão ser registrados no **SIT – Sistema Integrado de Transferência – TCE/PR**.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DOCUMENTOS

Os documentos comprobatórios das despesas realizadas deverão ser arquivados pela **CONVENENTE** em ordem cronológica, pelo período de 10 (dez) anos, conforme as disposições do art. 20 e seu parágrafo único, da Instrução Normativa nº 061/11-TC em sua sede, onde ficarão à disposição da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social - **SEDS** e do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - **CEDCA**.

CLÁUSULA NONA – DAS VEDAÇÕES

São vedadas despesas à conta dos recursos do presente Convênio porventura realizadas com finalidade diversa do estabelecido neste Instrumento, ainda que em caráter de emergência, com posterior cobertura, e especialmente:

- a) cobrir despesas a título de taxa de administração, gerência ou similar;
- b) pagamento, a qualquer título, com recursos da transferência, de servidor ou empregado integrante de quadro de pessoal da administração pública, direta ou indireta, por quaisquer serviços, inclusive de consultoria ou de assistência técnica, ressalvadas as hipóteses previstas em lei;
- c) pagamento de profissionais não vinculados à execução do objeto do termo de transferência;
- d) aplicação dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no termo, ainda que em caráter de emergência;
- e) realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
- f) pagamento de taxas bancárias, multas, juros ou atualização monetária, decorrentes de culpa de agente do tomador dos recursos ou pelo descumprimento de determinações legais ou conveniais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este Convênio poderá ser rescindido a qualquer tempo, no caso de inadimplemento de quaisquer de suas Cláusulas, especialmente quando constatadas as seguintes situações:

- a) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no Convênio;
- b) a não execução do objeto conveniado;
- c) não cumprimento de qualquer cláusula do convênio.

PARÁGRAFO ÚNICO: Ocorrendo a denúncia ou qualquer das hipóteses que implique em rescisão deste Convênio ficam os partícipes responsáveis pelas obrigações decorrentes no prazo em que tenha vigido este instrumento, creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO

Este Convênio poderá ser alterado, bem como o seu prazo de vigência prorrogado conforme as disposições da Cláusula Terceira do presente instrumento, mediante Termo Aditivo, de comum acordo entre os partícipes, vedada porém a mudança do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Prestação de contas da Transferência se dará mediante as informações constantes do Sistema Integrado de Transferências - SIT, nos Termos da Resolução nº. 028/11, alterada pela Resolução nº 46/2014-TCE;

PARÁGRAFO PRIMEIRO: os dados serão informados bimestralmente no Sistema Integrado de Transferências - SIT, independente da realização de repasses ou despesas e, em todos os bimestres deverão haver envio de informações ao Tribunal pela **CONVENIENTE** e pela **CONCEDENTE**, por intermédio do SIT;

PARÁGRAFO SEGUNDO: o prazo final para o envio das informações no SIT será de 30 (trinta) dias para a **CONVENIENTE** e de 60 (sessenta) dias para a **CONCEDENTE**, contados do encerramento do bimestre a que se referem.

PARÁGRAFO TERCEIRO: no caso de o encerramento do prazo mencionado no **Parágrafo Segundo** recair em feriado ou final de semana, o mesmo ficará automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

PARÁGRAFO QUARTO: sem prejuízo dos prazos finais para os fechamentos bimestrais, as demais informações poderão ser lançadas no Sistema Integrado de Transferência - SIT, a qualquer momento após a ocorrência do fato a ser informado.

PARÁGRAFO QUINTO: o prazo final para a prestação de contas de transferência será o mesmo para o encerramento do bimestre em que houver a extinção do ato, conforme definido no art. 15, § 4º da Resolução nº. 028/2011, alterada pela Resolução nº 46/2014-TCE.

PARAGRAFO SEXTO: a **CONCEDENTE**, ao final da transferência encaminhará a Prestação de Contas ao Tribunal de Contas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS COMUNICAÇÕES E REGISTROS DE OCORRÊNCIAS

As solicitações, comunicações e registro de ocorrências referentes ao presente Convênio deverá ser feita via ofício, fax, e-mail, carta protocolada ou telegrama e nestes casos, deverão ser entregues no **Escritório Regional de Campo Mourão**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

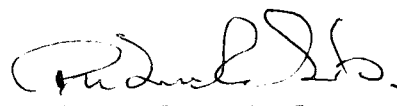
Os partícipes, neste ato, elegem o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, para dirimir qualquer dúvida ou litígio que porventura possa surgir da execução deste Termo de Convênio, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza do que foi pactuado, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo assinadas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Curitiba, 10 de Dezembro de 2015.

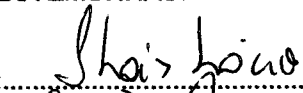



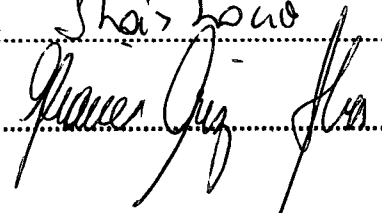

Fernanda Bernardi Vieira Richa
Secretária de Estado do Trabalho e
Desenvolvimento Social



Rubens Carlos dos Santos
Representante Legal da Entidade

TESTEMUNHAS:

1:  **RG:** 
Assistente
Central de Convênios SEDS
RG 6.223.288-9/PR

2:  **RG:** 
Assistente
Central de Convênios SEDS
RG 13.668.734-0/PR

Extrato – Primeiro Termo Aditivo Contrato nº 1490/2015
PROTOCOLO: 13.597.829-9
OBJETO: A partir de 19/09/2015 passa a ter seu objeto suprimido, alterando a Cláusula primeira de modo que a prestação de serviço será para até 04 pessoas adultas, com transtorno mental associados ou não e deficiência mental, indicadas pela Contratante.
VALOR: R\$ 113.280,00
VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 01/01/2016.
DOTAÇÃO: 4760.10301194.202, rubrica 3390.3905 e fonte 100.
CONTRATADA: Empresa WR Fernandes Apoio Assistencial a Adultos-ME.
 Curitiba, 17/12/2015
 Fernanda Bernardi Vieira Richa
 Secretária de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social

115246/2015

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 126/2015

Protocolo: 11.156.461-2

Participes: O Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social - SEDS e o Entidade Obras Sociais e Educacionais da Igreja de Deus no Brasil – A Mão Cooperadora.
Objeto: Transferência de recursos financeiros para o financiamento na implementação de ações para o “Programa Crescer em Família – Acolhimento Institucional”, conforme Plano de Trabalho – Delib. 009/2011–CEDCA/PR.
Vigência: ... 24 (vinte e quatro) meses contados da data da publicação.
Valor: ... R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais).
Dotação Orçamentária: ... P/A 4421, elementos de despesa 3350.4102 e 4450.4202, Empenhos: 5760.0000.5.000308-1 e 5760.0000.5.000309-1, Fonte 131–FIA/PR.
Autorização Governamental: ... em 18/06/2012, processo nº 11.496.429-8.
 Assinado em 10/12/2015.

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 149/2015

Protocolo: 12.047.276-3

Participes: O Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social - SEDS e o Município de Imbituva.
Objeto: Transferência de recursos financeiros para o financiamento na implementação de ações para o “Programa Crescer em Família – Acolhimento Institucional”, conforme Plano de Trabalho – Deliberação 022/2013 e 156/2013 – CEDCA/PR.
Vigência: ... 24 (vinte e quatro) meses contados da data da publicação.
Valor: ... R\$ 111.090,91 (cento e onze mil, noventa reais e noventa e um centavos).
Dotação Orçamentária: ... elementos de despesa 3340.4101 e 4440.4201, Empenhos: 5760.0000.5.000455-1 e 5760.0000.5.000456-1, Fonte 131–FIA/PR.
Autorização Governamental: ... em 16/12/2015, processo nº 12.047.220-8.
 Assinado em 22/12/2015.

EXTRATO DE TERMOS DE CONVÊNIO

Participes: O Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social-SEDS e os Municípios do Anexo I.
Objeto: Transferência de recursos financeiros para o financiamento na implementação de ações para o “Programa Crescer em Família – Acolhimento Familiar”, conforme Plano de Trabalho aprovado pela SEDS – Deliberação 022/2013, 156/2013 – CEDCA/PR.
Vigência: ... 24 (vinte e quatro) meses contados da data da publicação.
Dotação Orçamentária: ... 5760.08243174.421, elementos de despesa 3340.4101, Fonte 131–FIA/PR.
Autorização Governamental: ... em 10/11/2015, processo nº 13.337.728-0.

ANEXO I

Município/Processo nº	Nota Empenho nº	Conv. nº	Assinatura	Valor R\$
Piên / 11.969.816-2	5760.0000.5.00438-1	143/2015	21.12.2015	78.000,00
Apucarana 12.047.261-5	5760.0000.5.00294-1	124/2015	11.12.2015	175.500,00

EXTRATO DE TERMOS DE CONVÊNIO

Participes: O Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social-SEDS e os Municípios do Anexo I.
Objeto: Transferência de recursos financeiros para o financiamento na implementação de ações para o “Programa Crescer em Família – Acolhimento Institucional”, conforme Plano de Trabalho aprovado pela SEDS – Deliberação 022/2013, 156/2013 e 029/2014 – CEDCA/PR.
Vigência: ... 24 (vinte e quatro) meses contados da data da publicação.
Dotação Orçamentária: ... 5760.08243174.421, elementos de despesa 3340.4101 e 4440.4201, Fonte 131–FIA/PR.
Autorização Governamental: ... em 10/11/2015, processo nº 13.337.728-0

ANEXO I

Município/Processo nº	Nota Empenho nº	Conv. nº	Assinatura	Valor R\$
Pitanga / 12.029.516-0	5760.0000.5.00312-1 5760.0000.5.00313-1	130/2015	02.12.2015	121.000,00
Maringá / 11.987.833-0	5760.0000.5.00310-1 5760.0000.5.00311-1	128/2015	11.12.2015	110.000,00

Curitiba, 22 de Dezembro de 2015.

Fernanda Bernardi Vieira Richa

Secretária de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDS.

115387/2015

Extrato – Segundo Termo Aditivo Contrato nº 003/2015
PROTOCOLO: 13.467.736-8
VIGÊNCIA: 12 meses a contar de 01/01/2016.
DOTAÇÃO: 4760.10301194.202, rubrica 3390.3905 e fonte 100.
CONTRATADA: Associação de Amparo ao Deficiente Físico e ao Idoso Carente-APADEFIC
 Curitiba, 21/12/2015
 Fernanda Bernardi Vieira Richa
 Secretária de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social

115039/2015

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 525/2013

Protocolo nº: 12.062.608-6

Participes: O Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social-SEDS e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.
Da Vigência: ... Fica a vigência do Convênio originário prorrogado pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da assinatura do presente Termo Aditivo.
Da Ratificação: ... demais cláusulas do Termo Originário não atingidas, ficam ratificadas. Assinado em 08/12/2015.

Curitiba, 21 de Dezembro de 2015.

Fernanda Bernardi Vieira Richa

Secretária de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDS.

115393/2015

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 041/2015

Protocolo: 13.286.888-3

Participes: O Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social - SEDS e a Entidade Inspetoria Salesiana São Pio X – Instituto Educacional Dom Bosco.
Objeto: Transferência de recursos financeiros para o financiamento na implementação de ações para o Projeto “Programa de Aprendizagem na Condição de Adolescente Aprendiz”, conforme Plano de Trabalho – Deliberações 065/2014 e 132/2014 – CEDCA/PR.
Vigência: ... 24 (vinte e quatro) meses contados da data da publicação.
Valor: ... R\$ 76.063,00 (setenta e seis mil e sessenta e três reais).
Dotação Orçamentária: ... 5760.08243174.421, elementos de despesa 4450.4200, Empenhos: 5760.0000.5.000121-1, Fonte 131–FIA/PR.
Autorização Governamental: ... em 13/07/2015, processo nº 13.621.327-0.
 Assinado em 18/12/2015.

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 150/2015

Protocolo: 13.674.599-9

Participes: O Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social - SEDS e a Entidade Associação Educacional de Desenvolvimento Humano e Social - ADES.
Objeto: Transferência de recursos financeiros para o financiamento na implementação de ações para o Projeto “Karate no Cense”, conforme Plano de Trabalho aprovado pela Deliberação 110/2015-CEDCA/PR.
Vigência: ... 18 (dezoito) meses contados da data da publicação.
Valor: ... R\$ 1.058.614,00 (um milhão, cinquenta e oito mil, seiscentos e quatorze reais).
Dotação Orçamentária: P/A 4421, elementos de despesa 3350.4102 e 4450.4202, Empenhos: 5760.0000.500.457-1 e 5760.0000.500.458-1, Fonte 131 – FIA/PR.
Autorização Governamental: ... em 18/12/2015, processo nº 13.674.599-9
 Assinado em 21/12/2015.

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 145/2015

Protocolo: 13.630.694-4

Participes: O Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social - SEDS e a Entidade Associação Sou Arte de Campo Mourão.
Objeto: Transferência de recursos financeiros para o financiamento na implementação de ações para o Projeto “Adolescente, Protagonismo e Cidadania”, conforme Plano de Trabalho - Delib. 019/2015, 066/2015 e 075/2015-CEDCA/PR.
Vigência: ... 24 (vinte e quatro) meses contados da data da publicação.
Valor: ... R\$ 122.990,00 (cento e vinte e dois mil, novecentos e noventa reais).
Dotação Orçamentária: P/A 4421, elementos de despesa 3350.4102, Empenhos: 5760.0000.5.00439-1, Fonte 131 – FIA/PR.
Autorização Governamental: ... em 09/12/2015, processo nº 13.630.694-4.
 Assinado em 21/12/2015.

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 140/2015

Protocolo: 13.605.652-2

Participes: O Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social-SEDS e a Entidade Centro de Promoção Humana de Santa Fé - CPHSF.
Objeto: Transferência de recursos financeiros para a implementação de ações para o “Projeto de Atendimento para a Promoção, Defesa e Garantia dos Direitos das Crianças e Adolescentes”, aprovado pelas Deliberações 133/2014 e 067/2015 - CEDCA/PR, conforme Plano de Trabalho devidamente aprovado.
Vigência: 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data da publicação.
Valor: ... 80.800,00 (oitenta mil e oitocentos reais)
Dotação Orçamentária: 5760.08243174.421, elementos de despesa 3350.4102 e 4450.4202, Fonte 131 – FIA/PR, Empenhos: 5760.0000.500337-1 e 5760.0000.500338-1, ambos de 03.12.2015
Autorização Governamental: ... em 08/10/2015, processo nº 13.708.870-3
 Assinado em 09/12/2015.

Curitiba, 21 de Dezembro de 2015.

Fernanda Bernardi Vieira Richa

Secretária de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDS.

115313/2015